

EUGÊNIA ANNA DOS SANTOS, ANTONIETA DE BARROS E LÉLIA DE ALMEIDA GONZALEZ: A PRESENÇA E A AUSÊNCIA DA HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Rebeca Paula Borges Soledade²

RESUMO

Diante das insuficientes informações sobre mulheres negras nos materiais didáticos da educação básica, especialmente no ensino fundamental, o artigo buscou refletir sobre a inserção do ensino da história de vida de mulheres negras brasileiras no ensino fundamental e como esta abordagem pode colaborar para a construção identitária de crianças negras; bem como disponibilizar o perfil bibliográfico de três mulheres negras brasileiras que podem ser inseridos e estudados no cotidiano da sala de aula. Para a constituição de uma fundamentação teórica sobre as mulheres negras, a educação das crianças, racismo, gênero e raça nos apoiamos em autoras e autores que dialogam com a temática e evidenciam aspectos históricos, sociais e culturais sobre o silenciamento a respeito das trajetórias de mulheres negras. O trabalho possui natureza qualitativa e para dar conta dos objetivos, utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, a partir de autoras como Lélia de Almeida Gonzalez, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Claudilene Maria da Silva, Jurema Werneck, Maria Cláudia Cardoso Ferreira, Kabengele Munanga, Angela Davis, Kimberle Crenshaw, entre outras e outros. A análise realizada aponta que as histórias das mulheres negras há muito tempo vêm sendo desconsideradas no contexto escolar e indica que dar visibilidade a estas histórias no ensino fundamental pode colaborar de forma significativa para a construção da identidade positiva de crianças negras. A partir dos achados disponibilizamos o perfil bibliográfico de três mulheres que tiveram destaque nas áreas da Religiosidade, Educação e Política, o que também se constituiu como critério de escolha das referidas personalidades: Eugênia Anna Dos Santos, Antonieta de Barros e Lélia de Almeida Gonzalez. Esperamos que o trabalho contribua para dar visibilidade ao legado de mulheres negras e para o fortalecimento identitário das crianças através da valorização dessas histórias. Desejamos colaborar com o processo de descolonização do currículo, e a apropriação das nossas histórias para mudar o contexto de violências existentes e para que as transformações aconteçam.

Palavras-chave: história (ensino fundamental) – estudo e ensino – Brasil; negras – identidade social; identidade social nos livros didáticos; crianças negras.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Pedagogia, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva.

² Bacharela em Humanidades e Licencianda em Pedagogia pela UNILAB Campus dos Malês.

ABSTRACT

Given the insufficient information about Black women in basic education teaching materials, especially in elementary school, this article sought to reflect on the inclusion of teaching the life stories of Black Brazilian women in elementary education and how this approach can contribute to the identity construction of Black children; as well as to provide the bibliographic profiles of three Black Brazilian women whose work can be included and studied in the classroom. To establish a theoretical foundation on Black women, children's education, racism, gender, and race, we relied on authors who engage with the subject and highlight historical, social, and cultural aspects of the silencing surrounding the trajectories of Black women. This work is qualitative in nature, and to achieve its objectives, we used bibliographic research as a methodological procedure, drawing on authors such as Lélia de Almeida Gonzalez, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Claudilene Maria da Silva, Jurema Werneck, Maria Cláudia Cardoso Ferreira, Kabengele Munanga, Angela Davis, Kimberle Crenshaw, among others. The analysis indicates that the histories of Black women have long been disregarded in the school context and suggests that giving visibility to these histories in elementary education can significantly contribute to the construction of a positive identity for Black children. Based on the findings, we present the bibliographic profiles of three women who stood out in the areas of Religiosity, Education, and Politics, which also served as a criterion for choosing these personalities: Eugênia Anna Dos Santos, Antonieta de Barros, and Lélia de Almeida Gonzalez. We hope that this work will contribute to giving visibility to the legacy of Black women and to strengthening the identity of children through the appreciation of these stories. We wish to collaborate in the process of decolonizing the curriculum and appropriating our stories to change the context of existing violence and to bring about transformations.

Keywords: history (elementary education) – study and teaching – Brazil; black women – social identity; social identity in textbooks; black children.

1 INTRODUÇÃO

Abordar a história de mulheres negras na Educação Básica é de grande importância, pois retrata as experiências e contribuições dessas mulheres na formação da sociedade brasileira. Diante da invisibilidade destinada a seus corpos, as mulheres negras foram a base da construção da sociedade brasileira, cada uma em seu contexto histórico puderam contribuir para o desenvolvimento social do país. O processo de valorização do papel da mulher negra nesta sociedade machista e racista, vem acontecendo em passos lentos.

As mulheres negras brasileiras desempenharam um papel fundamental na construção do país, e as suas contribuições, ainda são frequentemente excluídas ou não ditas nos currículos escolares do ensino fundamental, assim como nos livros didáticos. Diante do exposto, a questão que orienta o trabalho é: abordar histórias de mulheres negras pode contribuir para o fortalecimento identitário de crianças e jovens negros na educação básica? Para responder a esta pergunta objetivamos refletir sobre a inserção do ensino da história de vida de mulheres negras brasileiras no ensino fundamental e como esta abordagem pode colaborar para a construção identitária de crianças negras; bem como disponibilizar o perfil bibliográfico de três mulheres negras brasileiras que podem ser inseridos e estudados no cotidiano da sala de aula.

A experiência de conhecer a história de mulheres negras é necessária para motivar as crianças a conhecerem as histórias ancestrais, assim como, para que elas saibam identificar como as opressões acontecem e possam se prevenir e se posicionar em relação a questões de gênero, raça e classe.

Nesse sentido, é importante proporcionar uma educação antirracista e de qualidade, para visibilizar o lugar do povo negro na sociedade brasileira, e especialmente a inserção positiva das histórias de mulheres negras no âmbito escolar, onde as crianças possam aprender com as contribuições dessas mulheres e se desenvolvam intelectualmente sabendo quem elas são, valorizando as suas próprias histórias. Para as crianças não negras, o acesso à educação antirracista é importante para romper o ciclo dos estereótipos racistas, machistas que os limitam de enxergar as contribuições de mulheres negras na formação da sociedade brasileira.

A invisibilidade das histórias de vida de mulheres negras brasileiras nas abordagens históricas do espaço escolar tem um impacto direto na construção da identidade das crianças, em particular nas crianças negras. Muitas vezes, as mulheres negras são apresentadas de maneira estereotipada, pequena e levadas a um papel escasso, fazendo com que essas mulheres fiquem em papéis sociais que não condizem com a realidade histórica das suas vivências. Portanto, a ausência das histórias dessas mulheres na educação tem o intuito de fortalecer a ideia de que as suas histórias e todas as suas contribuições não são relevantes ou não fazem parte do contexto nacional.

As mulheres negras ocuparam papéis valiosos em diversas áreas sociais e políticas, e suas histórias são praticamente inexistentes na sociedade. Muitas figuras femininas de grande destaque, como Eugênia Anna dos Santos, Antonieta de Barros e Lélia de Almeida Gonzalez, não são adequadamente reconhecidas no âmbito escolar, pois o racismo estrutural e institucional só quer enxergar um lugar subalterno para a mulher negra, sendo que, essas mulheres e muitas outras abriram caminhos para as mulheres negras e o povo negro da

contemporaneidade prosperar socialmente. Conhecer sobre a história de vida dessas mulheres é muito importante para todas e todos que são comprometidos com a educação de qualidade, portanto é necessário valorizar e reconhecer o legado dessas mulheres que há muito tempo vem sendo silenciado na sociedade brasileira.

É importante incluir a história e a cultura afro-brasileira nos currículos escolares, e essa inclusão ganhou impulso após a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, através da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas, em seguida a Lei nº 11.645/2008, que amplia essa obrigatoriedade para a inclusão da História e Cultura Indígena.

Apesar dessa legislação, a implementação ainda não acontece de forma adequada, pois muitas escolas, educadoras e educadores ainda têm muita dificuldade para revisar seus materiais, assim como, administrar os diversos conteúdos disponíveis que contemplem adequadamente as histórias e as contribuições do povo negro e indígena, e em especial de mulheres negras.

A Lei Federal nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, também altera a LDB nº 9.394, nos instruindo sobre a necessidade de:

[...]incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País". (Brasil, 2024, p.1)

Percebemos, que o objetivo da referida Lei é visibilizar e valorizar ainda mais o papel social das mulheres na sociedade brasileira e do mundo, visibilizar as suas conquistas e desafios enfrentados durante a construção da história e da luta pelo desenvolvimento nas diversas áreas do conhecimento. Conforme a Lei:

Parágrafo único. As abordagens a que se refere este artigo devem incluir diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e das perspectivas femininas, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política." (Brasil, 2024, p. 1)

Entendemos que a história do Brasil é constituída com a luta e resistência de mulheres negras, e a inclusão das suas histórias de vida, assim como, as suas contribuições incluídas nos currículos e livros didáticos são importantes e necessários para uma educação antirracista de qualidade, onde seja promovida a equidade de gênero e a justiça histórica pelas lutas das mulheres negras nesta sociedade.

Considerando o contexto, para atingir os objetivos da Lei é necessário que governos e os municípios se comprometam com uma formação de professores adequada, que esteja de acordo com o contexto social brasileiro. Sabemos que existem muitos desafios a serem vencidos, como a insuficiência de materiais e livros didáticos, bem como a adequação de currículos que contemplem as trajetórias de mulheres negras em suas diversas áreas de atuação. Todavia, também sabemos que já existem materiais pedagógicos interessantes, fruto de pesquisas comprometidas com perspectivas feministas, que podem colaborar na elaboração de sequências didáticas para os componentes curriculares do ensino fundamental.

Nesse sentido, a Lei estará nos dando respaldo para qualificar a temática na sala de aula ao desenvolver práticas educativas que incluam a história das mulheres no âmbito educacional com as crianças, assumindo e visibilizando suas contribuições diante de tanto esquecimento e desvalorização direcionada para os corpos femininos, em especial, corpos femininos negros, pois é necessário evidenciar que a luta das mulheres é interseccional e que existe uma diversidade de mulheres.

Embora reconhecendo as dificuldades e longe de querer culpabilizar os docentes, sabemos que ser professora e professor é ser um eterno pesquisador. E diante disso é necessário a busca pelo conhecimento, melhores condições de ensino e está sempre atualizado culturalmente para poder influenciar positivamente as crianças com uma educação que condiz com a realidade do seu contexto histórico e social.

Assim, consideramos que é importante reconhecer e incluir essas histórias no ambiente escolar, adequar seus planejamentos para incluir a história das mulheres em geral, e das mulheres negras em particular, que contribuíram tanto para o desenvolvimento do Brasil, pois essa inclusão é um passo fundamental para a construção de uma educação antirracista, onde se valoriza a identidade de crianças negras e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e respeitosa.

Ao emergir as experiências dessas mulheres, sendo acrescentadas ao repertório histórico, certamente despertará a representatividade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes das suas histórias.

A pesquisa adotou a abordagem qualitativa, pois como aponta Cecília Minayo (2002, p. 22) levar em conta o aspecto qualitativo de seu objeto de investigação, consiste em considerar o sujeito desse estudo como “*gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados*”. Claudilene Silva e Eliete Santiago (2012, p. 4) acrescentam ainda que “essa gente tomada como sujeito, tem

raça/cor, etnia, sexo, geração, orientação sexual e outras tantas subjetividades a serem apreciadas como objeto de consideração”.

Para melhor conhecimento e apropriação da temática, o procedimento adotado foi a pesquisa bibliográfica. Gil (2022, p. 44) explica que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Assim, foi necessário fazer leituras de temáticas sobre raça, racismo, classe, gênero, interseccionalidade, mulheres negras, feminismo negro, educação antirracista, identidade, identidade negra, as leis de diretrizes e bases, para que o trabalho fosse desenvolvido da forma mais coerente possível.

Respeitando e valorizando a história da população negra, o embasamento teórico para as reflexões, se deu através das leituras de autoras como, Lélia de Almeida Gonzalez, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Claudilene Maria da Silva, Jurema Werneck, Maria Cláudia Cardoso Ferreira, Kabengele Munanga, Angela Davis, Kimberle Crenshaw, entre outras e outros que estão referenciados no trabalho.

Especificamente, também realizamos pesquisa bibliográfica, para a aproximação das histórias de vida ou biográfico de três mulheres negras brasileiras: Eugênia Anna dos Santos, Antonieta de Barros e Lélia de Almeida Gonzalez. A partir dos achados disponibilizamos o perfil bibliográfico dessas três mulheres que tiveram destaque nas áreas da Religiosidade, Educação e Política, o que também se constituiu como critério de escolha das referidas personalidades.

O artigo está organizado em três seções: primeiro fazemos uma discussão teórica sobre o termo mulheres negras, seus legados e os desafios que as acompanham. Em seguida refletimos sobre a valorização e o fortalecimento da identidade negra na educação básica; e por fim apresentamos um perfil bibliográfico de três mulheres negras brasileiras, que podem ser inseridos e estudados no cotidiano da sala de aula: Eugênia Anna dos Santos, Antonieta de Barros e Lélia de Almeida Gonzalez.

2 MULHERES NEGRAS: LEGADO E DESAFIOS

A presença e a ausência da história de mulheres negras brasileiras nos currículos escolares refletem as dinâmicas de poder e silenciamento que permeiam a sociedade e o sistema educacional. Historicamente, as narrativas escolares têm privilegiado uma visão eurocêntrica da história, marginalizando as contribuições de grupos subalternizados, em especial as mulheres negras. Esse apagamento não apenas perpetua estereótipos e desigualdades, mas também priva os estudantes de uma compreensão mais ampla e diversa da formação social, cultural e política do Brasil.

A luta e a resistência de mulheres negras contra as opressões, existe desde o período da escravização, as mulheres negras tiveram que combater a opressão racial, de gênero, e classe através das lutas abolicionistas para se livrar das diversas violências destinadas a seus corpos, tanto por serem mulheres, quanto por serem negras, durante e após o período colonial, mesmo sem conhecer o termo feminismo negro, termo esse, que foi muito importante para fortalecer as mulheres negras das Américas.

Lélia Gonzalez, descreveu muito bem o processo de violências vivido pelas mulheres negras escravizadas onde as mulheres eram totalmente subalternizadas.

Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Prá gente que é preta então, nem se fala. Será que as avós da gente, as mucamas, fizeram alguma coisa prá eles tratarem a gente desse jeito? Mas, quê era uma mucama? O Aurélio assim define: Mucama. (Do quimbumdo mu'kama 'amásia escrava') S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes era ama-de-leite (Gonzalez, 1984, p. 229).

Diante do processo de opressão, as mulheres negras resistiram as diversas violências de gênero, raça e classe que atravessaram seus corpos durante a escravidão para sobreviver. A escritora Angela Davis narra muito bem em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, no capítulo, *O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher* (2016), sobre o processo cruel que foi a escravidão das mulheres negras escravizadas na América do Norte, e esse processo tem muita similaridade em alguns aspectos com a escravidão que existiu no Brasil. Para ela, “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.” (Davis, 2016, p. 10).

Portanto, para os escravistas brancos as mulheres negras não eram mulheres. Eram peças, propriedades. Elas eram subalternizadas pelos brancos, e o gênero não era levado em consideração quando o tema era relacionado as mulheres escravizadas. Angela Davis (2016, p. 11) afirma ainda que:

[...] a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.

Desse modo, na perspectiva da conveniência do branco, eles apenas enxergavam o gênero nas mulheres escravizadas, quando a opressão era relacionada ao abuso sexual, pois eram violências piores do que as dos homens, mas não significa que a opressão que os homens negros viveram foram irrelevantes ou insignificantes.

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (Davis, 2016, p. 12)

O que fazer diante de tais violências? As mulheres escravizadas foram violentadas de diversas formas, e diante de tais opressões, foram necessárias várias intervenções para combatê-las, pois as mulheres negras não aceitavam passar por todas aquelas violências. Com isso, elas construíram suas formas de sobrevivência para sair daquele contexto violento, onde elas desafiaram os senhores, participaram de revoltas, fugas e principalmente do cuidado coletivo, elas cuidavam da comunidade sempre com o propósito de escapar de toda a opressão sobre elas e seu povo.

Por outro lado, as suas vozes e necessidades foram ignoradas nas lutas das feministas brancas. Por esse motivo as mulheres negras tiveram que lutar para que o feminismo branco não ignorasse as suas vivências e todas as opressões vividas durante e após a escravidão. Por isso foi necessário pensar um feminismo interseccional, que considerasse raça, classe e gênero como elementos inseparáveis, essa forma de pensar é parte integrante do que hoje chamamos de feminismo negro.

No artigo *A categoria do Outro: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher*, Djamila Ribeiro (2016), através do pensamento de Grada Kilomba, afirma que:

Essa categoria do outro do outro se assemelha ao que diz Patricia Hill Collins ao cunhar a categoria da “forasteira de dentro” [“*outsider within*”]. Para Collins a mulher negra dentro do movimento feminista ocupa esse lugar de forasteira de dentro, por ser feminista e pleitear o lugar da mulher negra como sujeito político, mas ao mesmo tempo ser “uma de fora” pela maneira como é vista e tratada dentro do seio do próprio movimento, a começar pelo modo pelo qual as reivindicações do movimento feminista foram feitas, crítica que também se estende quando falamos de teoria feminista. A autora define *outsider within* como posição social ou locus fronteiro ocupado por grupos com poder desigual. Na Academia, por exemplo, esse lugar permite às pesquisadoras negras constatar, a partir de fatos de suas próprias experiências, anomalias materializadas na omissão ou observações distorcidas dos mesmos fatos sociais e, embora Collins se refira à Sociologia, pode-se pensar como prática política a ser desenvolvida em todas as áreas do conhecimento.

A luta das mulheres negras contra as opressões é diferente das mulheres do feminismo branco, pois houve uma exclusão e a falta de um olhar mais criterioso para diferenciar os critérios de reivindicação das lutas e resistências das mulheres negras. Como aponta Kimberle Crenshaw (p. 8), que:

A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam.

Por esse motivo foi muito necessário interseccionar estas experiências, pois as lutas são diferentes. As mulheres negras não eram consideradas frágeis para o machismo e sim invisíveis na sociedade, visíveis apenas para ocupar um espaço subalterno e indigno.

Como diz Sueli Carneiro (2020, p. 2):

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados.

O feminismo negro começou a se estruturar no século XX nos Estados Unidos, durante o movimento pelos direitos civis e a segunda onda feminista. As mulheres negras começaram a sistematizar as suas experiências. Por sua vez, o feminismo negro no Brasil, teve início na

década de 1980 e foi muito importante para visibilizar e dar nomes as opressões vividas pelas pessoas negras, em particular, as mulheres negras.

Foi nesse período que começaram os estudos sobre gênero e raça no Brasil, e assim as reivindicações da população negra contra as opressões, e a valorização e visibilidade dos seus direitos. Kimberle Crenshaw (p. 9) diz que: “Todas as pessoas sabem que têm tanto uma raça quanto um gênero, todas sabem que têm experiências de interseccionalidade. No entanto, as leis e as políticas nem sempre prevêm que somos, ao mesmo tempo, mulheres e negras”.

O período de ascensão dos estudos raciais no Brasil, foi muito importante para visibilizar a abordagem racial através dos estudos e lutas dos movimentos negros e de mulheres. Claudilene Silva e Eliete Santiago (2016, p. 79) afirmam que:

No campo da pesquisa científica, é somente a partir dos últimos 30 anos que a população negra começa a passar de objeto a sujeito de investigação. Todavia, existe uma vasta produção cultural e intelectual de autoria dos mais variados grupos sociais de maioria negra que foi desconsiderada ao longo da história do Brasil, mas que começa a ganhar força na atualidade.

No caso dos estudos específicos sobre as experiências das mulheres negras, foi necessário estudar os motivos que levaram ao machismo e ao racismo na sociedade brasileira, para assim começar a reparar os danos causados por séculos na população negra. As mulheres negras nunca foram respeitadas, assim como, os seus direitos sempre foram negados. Diante disso elas sentiram a necessidade de ter seu próprio espaço para se expressar, construir suas próprias narrativas e estabelecer as pautas que são importantes para sua caminhada de valorização na sociedade.

O feminismo negro é fundamental para a construção de um movimento inclusivo que reconheça as particularidades das opressões vivenciadas por diferentes grupos de mulheres, o feminismo negro possibilitou as discussões sobre a diversidade das experiências, e é uma poderosa ferramenta de resistência e transformação social.

Por esse e outros motivos, entendemos que é muito importante a visibilidade das histórias de mulheres negras na sala de aula, pois o tema pode proporcionar para as crianças uma formação do seu contexto histórico-social, para que acessem um mundo mais justo e livre de preconceitos e discriminações.

3 VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A construção identitária de crianças negras é um processo que se dá ao longo da sua vida, não ocorre apenas na sua escolarização. Entretanto, tendo como base a responsabilidade da comunidade escolar, é importante construir estratégias que fortalecem as identidades para a quebra dos estereótipos direcionados ao corpo negro, e especialmente, ao corpo da mulher negra, por exemplo. Tais estereótipos foi se atualizando no decorrer da passagem do tempo, mas pelo que a autora Lélia Gonzalez, nos diz, seus significados são os mesmos e continuam deixando as mulheres negras ocupando um lugar subalternizado e invisibilizado desde o período da escravidão na sociedade brasileira.

E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval. Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. (Gonzalez, 1984, p. 230).

Diante dessas agressivas palavras e expressões gerados pela ideologia branca direcionadas para a mulher negra, faz com que o seu legado ocupe um lugar de invisibilidade, anulando a sua contribuição histórica para a construção do país, sendo assim a autora Jurema Werneck, nos diz que:

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (Werneck, 2016 p. 151-152).

Por esse motivo tem-se a necessidade de se apropriar das histórias de mulheres negras, para que se tenha seu lugar reconhecido e valorizado nesta sociedade, e que de muitas formas essas mulheres contribuíram e ainda contribuem para as construções histórico-cultural e social, evitando o apagamento da memória cultural do povo negro brasileiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9.394/1996 afirma que todo cidadão brasileiro tem direito a educação pública e/ou privada de qualidade, e que seja estruturalmente articulada com a sua realidade histórico-cultural e social.

Conforme dispõe: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe

meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 2017, p.17). Todavia, esta educação comum, nem sempre respeitou a diversidade cultural, racial e étnica que compõe o nosso país.

Assim, a alteração da LDB, por meio da Lei N° 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de história afro-brasileira e africana na educação básica, seja ela pública ou privada. Como afirmam Silva e Santiago (2016), esta iniciativa integra a política de educação para as relações étnico-raciais, como uma política pública educacional de afirmação da população negra.

Nesse sentido, a inclusão da história de mulheres negras brasileiras no currículo, assim como, nos livros didáticos das escolas de ensino fundamental, passa não apenas pela inserção de suas biografias no cotidiano escolar, mas pela construção de um novo olhar sobre a sociedade brasileira, onde as contribuições dessas mulheres sejam reconhecidas e valorizadas. Isso pode incluir o ensino sobre a escravidão, assim como, sobre a atuação dessas mulheres nas diversas esferas de poder, resistência e cultura, ao longo dos séculos. Como afirmam as autoras Miranda; Freitas; Ferreira (2020, p. 12):

A história pública tem sido um movimento intelectual e político de observação da realidade, mais do que isso, se configura como uma mediação e divulgação de conhecimentos, que muitas vezes estão fora da academia e que também ultrapassam o currículo escolar. Ela pode ser uma chave, que dialoga com o ensino e a pesquisa histórica, para pensar e dar visibilidade a tais trajetórias, que precisam permanecer numa agenda cotidiana de ensino e aprendizagem em história, assim como nos currículos e manuais didáticos.

É necessário, e viável a inserção dessas histórias em projetos interdisciplinares na escolarização, pois ao trabalhar a história de mulheres negras em diferentes componentes curriculares, como: história, língua portuguesa, literatura, entre outros, se amplia a compreensão e se enriquece a formação crítica dos estudantes, pois eles estarão vivenciando a temática, que passará a fazer parte do seu cotidiano na sala de aula.

A atualização dos currículos e livros didáticos é fundamental para inclusão de narrativas que destaquem a contribuição de mulheres negras em diferentes áreas do saber “[...]onde tanto a história como a ciência articulada as discussões teóricas e políticas do feminismo negro, ampliando assim o olhar para que possamos ensinar e aprender sobre essas e tantas outras personagens na história.” (Miranda; Freitas; Ferreira, 2020, p. 12). Esta reformulação do currículo implica no fortalecimento de uma educação que promova o respeito às questões de gênero e raça, assim como uma representação positiva de suas histórias, para a valorização da mulher negra no país.

Entendemos que a presença da história de mulheres negras brasileiras no Ensino Fundamental é uma questão de justiça histórica e social, e garantir essa presença não é apenas um compromisso com a diversidade, mas um passo fundamental para formar cidadãos críticos e conscientes das diversas vozes que construíram o Brasil e acima de tudo vozes femininas negras que foram por muito tempo silenciadas da história.

A Lei Nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, já referida neste texto, legitima a obrigatoriedade da inserção de perspectivas femininas nos conteúdos curriculares tanto do ensino fundamental, como no ensino médio. Todavia, os livros didáticos ainda apresentam poucas ou nenhuma referência a essas mulheres, onde isso demonstra a sua invisibilização histórica e social. Assim, a referida Lei chega para que o lugar da invisibilidade de histórias femininas ocupe um lugar de valorização e reconhecimento de suas lutas e resistências.

Assim, é imprescindível que as(os) educadoras(es) tenham formação e autonomia para incluir temas na perspectiva feminina negra e que busquem por materiais didáticos que colaborem para o fortalecimento da identidade das crianças. Segundo Nilma Lino Gomes (2005, p. 42):

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra.

Para que haja o fortalecimento da identidade negra das crianças é necessário estabelecer um diálogo a respeito das suas histórias, para que assim elas se reconheçam perante as histórias que estão sendo visibilizadas para elas, e que foram há muito tempo negadas, é necessário que as crianças reconheçam que é através da diversidade étnico-racial, que ela tem o direito de conhecer e se aproximar da sua realidade histórico-social.

Para a construção dessa identidade, Kabengele Munanga (1994), nos diz que é necessário uma, “tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil”. (Munanga, 1994 *apud* Gomes, 2005, p. 43).

Ou seja, o acesso à educação antirracista para a construção da subjetividade humana, valores sociais, morais e fortalecimento do combate as violências raciais na sociedade são imprescindíveis. Diante disto, o trabalho das(os) educadoras(es) é fundamental para a

implementação das mudanças necessárias para uma prática pedagógica antirracista, onde haja o combate ao racismo e que se promova o respeito à diversidade histórica da mulher.

Segundo Gomes (2005, p. 43):

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural?

Com o contato com a história de mulheres negras, as crianças poderão desconstruir discursos negativos direcionados ao corpo feminino negro, e para isso é necessário que a escola dialogue com a criança, pois muitas delas não têm acesso a tal conhecimento em seus laços familiares, pois, as famílias também tem o papel de fortalecer positivamente a identidade da criança, mas não é o que acontece por muitas vezes, a família tendo que deixar a escola fazer sozinha o papel de construir e fortalecer a identidade histórica e social do indivíduo, sendo que esse papel é de todas as pessoas envolvidas nessa educação.

Ainda de acordo com o pensamento de Munanga (1994):

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (Munanga, 1994 *apud* Gomes, 2005, p. 40).

Dessa forma, é necessário que a escola se comprometa com uma educação para as relações étnico-raciais, para que a identidade de criança negras sejam construídas e fortalecidas, de forma positiva, e que elas possam conhecer mais sobre si, através do outro, do seu ancestral, que deixou legados para dar continuidades.

Em diálogo com as autoras, Silva, Lima e Simões (2023, p. 252) entendemos que:

[...]Os espaços educacionais podem representar a possibilidade de contribuir para que crianças e jovens negras/os tenham a construção e fortalecimento de suas identidades de forma positiva, bem como colaborar para que crianças brancas consigam estabelecer relações étnico-raciais livres de preconceitos.

As práticas pedagógicas ligadas à ERER precisam fazer parte do cotidiano escolar, pois as questões raciais fazem parte do contexto histórico e social das crianças brasileiras, diante

disso é necessário que as temáticas raciais estejam sempre presentes em sua trajetória de escolarização para que elas se fortaleçam no seu processo de construção identitária.

Por esse motivo é fundamental que as(es) professoras(es) se sintam seguras para incluir narrativas positivas sobre as pessoas negras nos conteúdos de seus planos de aulas e sequências didáticas. Por sua vez, a gestão escolar deve se atentar à importância de um currículo e projeto político pedagógico atualizado e mais inclusivo, que busquem respeitar às normativas da Lei e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Segundo Gomes (2005, p. 60):

Mas a escola não precisa fazer isso sozinha! Atualmente, além da lei 10.639/03 e das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, existe uma produção mais consistente sobre a temática racial que deve ser incorporada como fonte de estudo individual e coletivo dos(as) educadores(as). Além disso, existe uma quantidade significativa de grupos culturais, grupos juvenis, entidades do Movimento Negro, ONG's e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros que podem ser chamados para dialogar e trabalhar conjuntamente com as escolas e com as secretarias de educação na construção e implementação de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial. Pensamos que o diálogo, a discussão, a convivência respeitosa e digna entre os segmentos sociais supracitados, entre outros, são, de um lado, formas de superação do racismo e, de outro lado, formas de construção de uma verdadeira democracia racial. Esta é a meta que desejamos.

O Movimento Negro é muito importante para a luta e valorização da história do povo negro. As escolas precisam de acompanhamento, para verificar como as Leis e as Diretrizes estão sendo executadas, pois as questões raciais devem fazer parte do currículo e do Projeto Político Pedagógico das instituições. É necessário que os Movimentos negros, e os Movimentos de Mulheres Negras estejam mais presentes nas escolas, ou que as escolas, professoras(es) e gestoras(es), busquem por esse fortalecimento, através do diálogo com os movimentos sociais.

Ainda destacamos a necessidade dos governos e dos municípios não se eximirem de sua responsabilidade de disponibilizar formação em serviço de qualidade para as(os) professoras(es), bem como investir em matérias e livros didáticos.

As questões raciais e de gênero são muito importantes, sobretudo quando a contribuição das mulheres negras é reconhecida e valorizada socialmente, pois falar dessas mulheres é colaborar para a reeducação das relações étnico-raciais no Brasil.

As histórias de mulheres negras brasileiras precisam ser mais conhecidas, reconhecidas e respeitadas no contexto escolar, pois elas registram a memória e contribuições culturais, políticas e sociais. Apresentar essas narrativas amplia o repertório cultural dos alunos e fortalece a identidade de crianças negras, gerando maior autoestima e pertencimento, portanto a ausência

de suas trajetórias nos currículos de ensino fundamental perpetua a desigualdade e a invisibilidade de um grupo que foi e é essencial para a formação do Brasil, limitando o conhecimento dos estudantes sobre a história do país.

Na busca por uma educação mais justa, transformadora e representativa, existem caminhos para a reconstrução dessas narrativas, que é a de oferecer aos estudantes uma visão mais ampla, rica e plural da história brasileira, fazendo com que haja uma conexão dos alunos com suas próprias origens. A seção seguinte apresenta o perfil bibliográfico de três mulheres negras brasileiras que contribuíram significativamente para a religião, a política e a educação no Brasil.

4 LEGADO DE TRÊS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS: PERFIL BIBLIOGRÁFICO DE EUGÊNIA ANNA DOS SANTOS, ANTONIETA DE BARROS E LÉLIA DE ALMEIDA GONZALEZ



**Eugênia Anna dos Santos - Oba Biyi -
Mãe Aninha
(1879 - 1938)**

Fonte: memoriafeminista.com.br

Eugênia Anna dos Santos, Oba Biyi que significa “O rei nasceu aqui” Mãe Aninha foi a Guardiã da Cultura Afro-Brasileira, uma líder religiosa central na história do candomblé do Brasil. [...]“Fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá(Bahia) em 1910, com a ajuda de muitas mãos como, Bamgbosé Obitiku e Obá Sanyá(Joaquim), já inaugurando a roça com a feitura de

Agripina Souza, uma filha de Xangô (Obá Deyí), iniciada para ele no terreiro que o tem como patrono, cujo nome significa “Casa de Força Sustentada por Afonjá”, sendo Afonjá uma das qualidades do orixá Xangô.” (1962 *apud Santos et al.*; Oliveira, 2024, p. 31).

[...]Segundo o autor, Iyá Obá Biyi funda também o Ilê Axé Opô Afonjá no Rio de Janeiro, situado e funcionando até a contemporaneidade no bairro Coelho da Rocha, onde Obá Deyí veio a assumir logo após a fundação o cargo de Iyalorixá, contando com a presença ativa de Mãe Aninha para as obrigações e para a organização da casa. (1962 *apud Santos et al.*; Oliveira, 2024, p. 32).

Sua trajetória é profundamente ligada à preservação e valorização da cultura e da religiosidade afro-brasileira. Mãe Aninha, nasceu em 13 de julho de 1879. Filha de Sérgio dos Santos e Lucinda Maria da Conceição ambos africanos de Etnia Grunci. Mãe Aninha já era iniciada pelos Grunci, como afirma o autor:

De acordo com Santos (2010), Eugênia Anna dos Santos já era iniciada na nação Grunci para Iyá Grimborá, orixá correspondente a Iyamassê, que é a mãe de Xangô para os terreiros nagôs-yorubás, sendo iniciada novamente na nação Ketu, conforme Santana (2006), aproximadamente em 1884, por Obá Tossi com a ajuda de Bamboxê Obitikô na Rua dos Capitães, em Salvador, na casa de Maria Júlia de Figueiredo (Omonikê), recebendo após o seu renascimento o orúko (nome) de Obá Biyi que significa “o rei nasceu aqui”. (2010 *apud Santos et al.*; Oliveira, 2024, p. 29).

Iyá Obá Biyi teve outra iniciação no candomblé Ketu por Marcelina da Silva(Obá Tossi) e Bamboxê Obitikô em 1884.

De acordo com Silveira (2006), o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho vai ser orientado por Obá Tossi, enquanto Iyalorixá, contando com o apoio de sua comunidade religiosa no desenvolvimento das atividades. Também contou com o apoio de suas filhas biológicas e integrantes do terreiro, sendo elas Maria Júlia da Conceição, com o cargo de Iyalaxé da casa (zeladora do axé, responsável pelas obrigações) e Maria Júlia de Figueiredo (Omonikê), que ocupava o cargo religioso de Iyakererê (mãe pequena da casa, segunda pessoa em comando religioso após a mãe de santo). (2006 *apud Silveira et al.*; Oliveira, 2024, p. 28)

Marcelina da Silva, Bamboxê Obitikô, Maria Júlia de Figueiredo e Maria Júlia da Conceição ambos fundadores do Terreiro do Engenho Velho, intitulado Ilê Axé Iyá Nassô Oká o saudoso Terreiro da Casa Branca em 1830, terreiro onde Iyá Aninha começou a sua trajetória como uma das mais importantes Iyalorixás do Brasil, após cumprir sua obrigação de sete anos de iniciação.

Marcelina da Silva, Iyalorixá de Iyá Aninha, foi iniciada pelas três princesas fundadoras e Iyalorixás do Ilê Asé Airá Intilé, o Candomblé da Barroquinha, o candomblé mais antigo da Bahia, as Iyás, Iyá Adetá, Iyá Akalá e Iyá Nassô,

Eram as princesas assessoradas pelos demais membros da nobreza negra, senhores e senhoras conhecedores dos mistérios, detentores da sabedoria de Ifá e da medicina tradicional [...] Todos unidos por um objetivo comum conseguiram organizar, na época, a sequência litúrgica do Culto Lesse Orixá, num país banhado pelo sangue dos seus ancestrais [...] (2001 *apud* Rodrigué *et al.*; Oliveira, 2024, p. 26)

Em 1895, Marcelina da Silva faleceu, gerando grandes mudanças no Terreiro da Casa Branca. O autor descreve:

[...]Obá Tossi falece e surgem disputas sucessórias para o cargo de Iyalorixá do Terreiro da Casa Branca entre suas filhas Maria Júlia da Conceição e Maria Júlia de Figueiredo; esta assume o cargo de Iyalorixá. Insatisfeita com a posse, não somente Maria Júlia da Conceição, mas Bamboxê Obitikô, Obá Sanyá e outros (as) filhos (as) de santo, afastam-se do terreiro fundando casas filhas da mesma força raiz da casa branca, os terreiros Ilê Axé Opô Afonjá e o Ilê Iyá Omin Axé Iyamassê (Terreiro do Gantois) (2001 *apud* Rodrigué *et al.*; Oliveira, 2024, p. 29).

A liderança de Mãe Aninha foi marcada pela criação do Ilê Axé Opô Afonjá em 1910, um espaço que se tornou símbolo de resistência e preservação das tradições africanas e afro-brasileiras. Mãe Aninha, com habilidade política e espiritual, articulou alianças para proteger as práticas religiosas africanas e afro-brasileiras, que eram frequentemente alvo de repressão policial.[...]“Ainda que as práticas de repressão ao candomblé não sejam mais legitimadas pela legislação brasileira na contemporaneidade, elas configuraram-se a partir do enraizamento da colonialidade no país, assim como do racismo religioso.”(Oliveira, 2024, p. 36).

Dentro dos processos de proteger o culto a religião de matriz africana, em 1936 mãe aninha, [...]“funda a Sociedade Beneficente Cruz Santa Opô Afonjá visando a organização das demandas civis da comunidade, a garantia de direitos do patrimônio religioso e demais demandas pertinentes à comunidade.”(1962 *apud* Santos *et al.*; Oliveira, 2024, p. 35).

Ela desempenhou papel crucial na legalização dos cultos afro-brasileiros, conseguindo através de muito diálogo, a promulgação de um decreto que garantiu liberdade religiosa no governo Getúlio Vargas.

[...]No período de 1937, Jorge Manuel da Rocha, Ogã do Afonjá, foi proibido de tocar atabaque pela polícia, procurando então Mãe Aninha para que, junto ao seu filho de santo, Osvaldo Aranha que era Chefe da Casa Civil do Presidente Vargas, requisitassem uma audiência com Getúlio Vargas. Segundo o autor, como resultado da audiência, foi instituído o Decreto Lei nº 1.202 de 1939 (Brasil,1939) que proibia o embargo ao candomblé no Brasil. (1984 *apud* Barbosa *et al.*; Oliveira, 2024, p. 36).

Mãe Aninha também foi uma educadora cultural, criando o Corpo de Obás no terreiro, uma hierarquia inspirada na corte de Xangô, que incorporava figuras de prestígio social que faziam parte do terreiro.

Em 1935, Mãe Aninha restabelece, juntamente com Martiniano Eliseu do Bonfim, no Afonjá da Bahia, uma tradição do Alafin (rei de Oyó) que, em seu culto a Xangô, instituiu doze ministros, sendo eles os Obás, que, assumindo o cargo de prestígio e respeito, auxiliam a Iyá nas dinâmicas religiosas e civis da comunidade (1962 *apud* Santos *et al.*; Oliveira, 2024, p. 34).

Este movimento de Mãe Aninha, foi estratégico para dignificar e expandir a aceitação do candomblé em círculos sociais mais amplos. Além disso, em 1937, Mãe Aninha foi uma das figuras centrais do Segundo Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Salvador. Esse evento reuniu líderes religiosos e intelectuais para debater a contribuição africana na formação cultural do Brasil, consolidando a importância das tradições afro-brasileiras no país.

[...]compreendendo a importância do debate acerca das questões raciais no Brasil, já realizado pela primeira vez no ano de 1934 em Recife, Mãe Aninha e Martiniano Eliseu do Bonfim participam do II Congresso Afro-Brasileiro, realizado na cidade de Salvador em 1937, que reuniu intelectuais da época para discutir sobre o estudo do negro no país a partir de distintas vias, onde Iyá Obá Biyi exerceu sua sabedoria (2005 *apud* Siqueira *et al.*; Oliveira, 2024, p. 35)

Após a morte de Iyá Aninha, em 03 de janeiro de 1938, seu legado foi continuado por sucessoras como Iyá Olufan Deyi: Maria da Purificação Lopes (Mãe Badá), Iyá Oxum Muiwá: Maria Bibiana do Espírito Santo (Mãe Senhora), Iyá Iwin Tona: Ondina Valéria Pimentel (Mãezinha), Iyá Odé Kayodê: Maria Stella de Azevedo Santos (Mãe Stella) e atualmente a Iyalorixá, Iyá Obá Guerê: Ana Verônica Bispo Santos (Mãe Ana).

Até hoje, o Ilê Axé Opô Afonjá é um símbolo de resistência cultural, e a história de Mãe Aninha inspira o fortalecimento das religiões de matriz africana, o combate à intolerância religiosa e a importância da educação.

[...]Iyá Obá Biyi faleceu no dia 03 de janeiro de 1938, devido a arteriosclerose. Foi celebrada uma missa na Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Salvador, que contou com a presença de milhares de pessoas. Na ocasião, seu caixão quase foi arrebatoado pelo povo, que o conduziu até o cemitério de Quintas, onde seu corpo, após chegar lá, foi conduzido pelos Obás, Ogãs e demais filhos (as) da casa. Ela foi sepultada no cemitério da Irmandade de São Benedito. (1962 *apud* Santos *et al.*; Oliveira, 2024, p. 38)

Mãe Aninha, Eugênia Anna dos Santos (1879–1938), foi uma influente Iyalorixá Baiana e fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá na Bahia e no Rio de Janeiro um dos mais importantes terreiros de candomblé do Brasil. Ela desempenhou um papel crucial na preservação das tradições religiosas africanas e afro-brasileiras e na luta pelo reconhecimento dessas práticas.

Eugênia Anna dos Santos faleceu aos 86 anos deixando muitos (as) filhos (as) de santo, um legado ancestral de continuidade da expansão de sua família de santo do Ilê Axé Opô Afonjá e um ebó de conduta ancestral proferido por palavras da mesma muitas vezes em vida de “Quero meus filhos com anel no dedo, aos pés de Xangô (Oliveira, 2024, p. 38).

Mãe Aninha salientava que era importante seus filhos e netos terem um bom caráter, dando bons exemplos, estudar e valorizar os ancestrais e a comunidade. Para ela, a educação é importante para o conhecimento pessoal e comunitário.



Antonieta de Barros

(1901–1952)

Fonte: [Reitoria UFSC](#)

Antonieta de Barros (1901–1952) foi uma intelectual que desafiou as barreiras do racismo, do machismo e da desigualdade social para se tornar uma das figuras mais importantes na história da educação e da política no Brasil [...] “uma mulher negra, professora, escritora e política, deputada, natural da Ilha de Santa Catarina, nascida aos onze dias do mês de julho de 1901 e falecida em vinte e oito de março de 1952.”(Fontão, 2010 p. 17)

Antonieta enxergou na educação, o caminho para transformar sua própria vida e a de outras pessoas, ela se tornou professora e fundou o Curso Particular Antonieta de Barros, voltado para a alfabetização de pessoas de baixa renda. A autora, Fontão (2010, p. 33), acrescenta que percebeu dentro das crônicas de Antonieta de Barros o quanto ela valorizava a educação das crianças pequenas, [...]“também acentua o quanto a educação dos pequenos, das crianças precisava melhorar, a fim de que a sociedade não cultivasse a egolatria e a violência.” Portanto, o seu trabalho era guiado pela crença de que a educação era a chave para a

emancipação social. Antonieta estudou no Colégio Coração de Jesus, uma escola dirigida por religiosas, onde recebeu uma formação diferenciada para a época.

Além de educadora, Antonieta também foi jornalista e escritora, sendo [...]“uma das intelectuais que enaltece um período significativo da memória da cultura e literatura catarinenses, uma das pioneiras em escrever crônicas no estado, além de ter sido a primeira deputada de ascendência negra eleita para a assembléia legislativa por dois mandatos.”(Fontão, 2010, p. 18)

Antonieta de Barros escrevia suas crônicas para os jornais catarinenses, como descreve, Fontão (2010, p. 31):

[...]Antonieta de Barros escreveu crônica e publicou de 1929 a 1952 nos jornais da época e lançou uma seleção dessas crônicas em livro no ano de 1937. Foi considerada uma “intelectual”, uma autora “bissexta”, uma escritora cujos textos apresentam “tendência estético-literária do realismo/parnasianismo” dentro do grupo de escritores da literatura produzida em Santa Catarina.

Durante a escrita das crônicas, ela adotou o nome de Maria da Ilha, para se expressar sobre as realidades sociais, onde ela denunciava o racismo, o machismo, as desigualdades sociais e defendia os direitos das mulheres, das crianças e da população negra.

Segundo (2001 *apud* Kamita *et al.*, Fontão, 2010, p. 33):

[...]Antonieta escreve suas crônicas em jornal, na maior parte das vezes, sob o pseudônimo “Maria da Ilha”. Em se tratando de escritoras mulheres, segundo Rosana Kamita esta era “uma prática comumente utilizada por outras escritoras da época como forma de se defender dos ataques da crítica.”³ Desta forma, as mulheres podiam escrever sobre a vida, sobre política, dar soluções, criticar e denunciar sem serem identificadas, como aconteceu com Antonieta em determinados momentos de sua vida, principalmente após os anos 30.

Essas crônicas foram publicadas semanalmente em alguns jornais como o [...]“jornal República nos anos 30, em O Estado no final da década de 40 e os dois primeiros anos da década de 50. Então, na conjuntura política pela qual passava a sociedade, parece natural que ela utilizasse do pseudônimo para garantir certo resguardo crítico”. (Fontão, 2010, p. 33)

As crônicas se transformaram em um livro chamado “Farrapos de Idéias”, publicado em 1937 pela Editora-Unisul do Governo de Santa Catarina onde, [...]“Antonieta de Barros faz ao longo do livro, como por exemplo: referências a autores lidos, às passagens da retórica bíblica, às alegorias de passagem de Dante no livro A Divina Comédia, a pessoas da vida social

³ KAMITA, Rosana. D. Narcisa de Villar: Uma Heroína romântica em busca da liberdade. **Ô Catarina**. Número 48. Florianópolis, setembro, 2001. P. 4.

da cidade, aos acontecimentos históricos da época, diálogos intertextuais presentes.”(Fontão, 2010, p. 21)

As crônicas escritas por Antonieta de Barros, foram muito importantes na primeira metade do século XX em Santa Catarina, para que as pessoas pudessem refletir e procurar por mudanças. Na contemporaneidade quem tem acesso a essas crônicas podem perceber o quanto Antonieta lutou para que a sociedade fosse menos desigual.

A autora Fontão (2010, p. 39) descreve a importância de Antonieta como jornalista e escritora:

[...]Antonieta de Barros ter sido uma cronista atuante, escrevendo sobre o tema da crítica social e política, uma ensaísta quando no trato dos assuntos relacionados com a luta das mulheres pelo progresso feminino à época e quando tratava principalmente do tema educação, advogando pela classe do magistério, das normalistas, em prol da defesa de uma educação para todos, no cuidar dos “pequenos”, das crianças.

Em 1935, Antonieta de Barros fez história ao se tornar a primeira mulher negra eleita Deputada Estadual no Brasil, representando Santa Catarina na Assembleia Legislativa. Sua eleição foi um marco, pois naquela época as mulheres haviam conquistado o direito ao voto. Antonieta já tinha envolvimento político muito antes de ser eleita deputada, como descreve a autora:

[...]Antonieta freqüentava a Escola Normal e fez parte do Centro Cívico das Normalistas, foi uma das fundadoras da Liga do Magistério, organização de classe que atuou intensivamente na luta pelo reconhecimento do voto feminino e pela luta de valorização da mulher; além de ter acompanhado as discussões sobre o movimento para o Progresso Feminino. Como primeira secretária da Liga recebeu as correspondências vindas da capital nacional, aquelas relacionados aos movimentos sufragistas femininos, bem como a correspondência de outras entidades de classe de outros estados. Então, pode-se concluir que desde os anos vinte já se tinha aí uma personalidade política influente que provinha do meio popular e que atuava em prol da sociedade da época, tendo como discurso o engajamento por uma educação de qualidade e como direito de todos. (Fontão, 2010, p. 337)

Como deputada estadual, a autora descreve que Antonieta:

Integrou a Constituinte de 35 e foi a primeira mulher, em Santa Catarina, que pisou como deputado, o Congresso Legislativo. Esteve entre os deputados que se asilaram no quartel do 14º B. C., para garantir a eleição do Dr. Nereu Ramos à governança do Estado. Voltou ao Congresso, em 1948. Colaborou em diversos jornais no Estado e além fronteiras. Sua vida podemos dizer, foi uma mensagem de estímulo a quantos desejarem dar rumo ascendente à existência (Fontão, 2010, p. 55).

Durante seu mandato, ela lutou por políticas públicas voltadas para a educação e os direitos das mulheres. [...]“Assim, na leitura dos atos praticados no legislativo e na leitura da entrevista concedida ao jornal O Estado, percebe-se que a atuação da deputada Antonieta foi em prol do magistério e da qualificação da atividade profissional” (Fontão, 2010, p. 41).

Como descreve Paulo Silveira, o trabalho de Antonieta foi interrompido em 1937, após dois anos de mandatos, com o golpe do Estado Novo, que dissolveu os parlamentos estaduais. No entanto, em 1948, Antonieta foi novamente eleita deputada estadual, mostrando sua força e resiliência na luta por um Brasil mais justo.

[...] Com idéias que refletiam uma nova forma de orientação intelectual, ela aceitou filiar-se ao Partido Liberal e foi eleita Deputada Estadual em 1934, com 35.484 votos, participando da elaboração da 6ª Constituinte do Estado de Santa Catarina, que teve os trabalhos iniciais no dia 23.04.1935 e promulgação no dia 25 de agosto desse ano. Permaneceu na Assembléia até 1937, quando o então Presidente Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas. [...] Mas, depois que Getúlio Vargas foi deposto em 1945, Antonieta retornou novamente à política em 1948, como 1ª suplente convocada à Assembléia Legislativa, desta fez filiada ao Partido Social Democrático (PSD). [...] Todavia Antonieta não escondia a preferência: destacou-se ainda mais por sua defesa do exercício do magistério em Santa Catarina. [...]. Mesmo com sua atuação na política, defendendo projetos como a eleição para a escolha de diretores de escolas e a implantação de concursos públicos para os professores, ela não abandonou as salas de aula. Seu jeito crítico, diferenciado e único continuou prevalecendo e ecoou pelos corredores das escolas. Incutiu nos estudantes que a vontade de vencer deve prevalecer sempre.⁴ (Fontão, 2010, p. 343 *apud* Paulo Roberto Silveira)

Antonieta de Barros faleceu em 1952, mas seu legado continua vivo. Seu pioneirismo abriu caminho para muitas outras mulheres negras na educação, no jornalismo e na política. O trecho da música Yá Yá Mاسemba de Maria Bethânia “Vou aprender a ler pra ensinar os meus camaradas” define muito a trajetória de Antonieta de Barros, pois a vida desta mulher foi em prol de valorizar e visibilizar o seu povo através da educação.

[...]a memória de Antonieta está viva ainda hoje, reverenciada em nome de ruas de bairros da cidade natal, nome do túnel da Via Expressa Sul da cidade de Florianópolis, nome de escola, nome de programa de bolsas de auxílio à população carente, nome de auditório e de medalha ao mérito catarinense da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e de Associação de Mulheres Negras. (Fontão, 2010, p. 16)

Seu exemplo reforça a importância da educação como ferramenta de transformação social e da luta contínua contra o racismo e o machismo na sociedade brasileira. Antonieta de Barros foi uma pioneira na luta por direitos das mulheres, das crianças e da população negra no

⁴ Informações compiladas e resumidas do Suplemento Diário Catarinense de 06/0/2001. Os Vinte Caratinenses do Século XX.

Brasil. Seu nome hoje é lembrado em escolas, prêmios e eventos que destacam a importância da educação, da representatividade e da luta contra o racismo e o machismo. Sua trajetória prova que, mesmo em uma sociedade excludente, é possível romper barreiras e transformar vidas por meio do conhecimento. Antonieta de Barros abriu caminhos para muitas outras mulheres negras na política e na educação, deixando um legado fundamental para a história do Brasil.



Lélia de Almeida Gonzalez
(1935–1994)

Fonte: www.itaucultural.org.br

Lélia Gonzalez foi uma intelectual, militante, feminista negra reconhecida como uma das principais pensadoras do movimento negro e do feminismo negro no Brasil.

[...]Lélia de Almeida Gonzalez, para quem “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles”, nasceu em 1º de fevereiro de 1935, filha de uma família operária de Minas Gerais, penúltima de dezoito irmãos. Entre séria e brincalhona, bem ao seu estilo, afirmava que só passou a admitir ser mineira depois que o MNU foi criado em Belo Horizonte. (Bairros, 1999, p. 3)

Sua obra e militância ajudaram a denunciar o racismo estrutural e a invisibilização das mulheres negras na sociedade brasileira. Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte-Minas Gerais, mas cresceu no Rio de Janeiro, pois [...]“Um irmão jogador de futebol trouxe a família para o Rio de Janeiro, em 1942, e aí começa a trajetória da mineira que sempre se identificava como carioca e torcedora incondicional do Flamengo, o time do irmão que tanto admirava.” (Bairros, 1999, p. 3)

Filha de uma empregada doméstica indígena e de um ferroviário negro, desde cedo experimentou as desigualdades raciais e sociais no Brasil, pois é originária de uma família preta e pobre. [...]Do pai negro ferroviário pouco falava, mas não se cansava de repetir que da mãe índia, empregada doméstica, aprendeu as primeiras lições sobre a necessidade de ser independente. (Bairros, 1999, p. 3). Apesar dos desafios, ela construiu uma trajetória acadêmica e militante que marcou profundamente os estudos sobre raça, gênero e identidade no país.

Lélia estudou História e Filosofia na Universidade Estadual da Guanabara (atual UERJ), onde também se tornou professora. Mais tarde, especializou-se em Antropologia e em Comunicação e Doutora em Antropologia como descreve, Luiza Bairros (1999, p. 3):

De “babá de filinho de madame”, passou a estudante aplicada de História e de Filosofia, professora da rede pública, mestre em Comunicação e em Antropologia, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutoranda em Antropologia Política na Universidade de São Paulo.

Seu trabalho acadêmico sempre esteve ligado às experiências da população negra, principalmente das mulheres negras, e à crítica ao racismo na sociedade brasileira. Lélia contava que, inicialmente, para superar as barreiras impostas pelo racismo, preferiu negar sua condição racial, afastando-se da comunidade negra em termos ideológicos. Lélia Gonzalez, disse no ano de 1986 em entrevista que:

houve, por exemplo, uma fase na minha vida em que fiquei profundamente espiritualista. Era uma forma de rejeitar o meu próprio corpo. Essa questão do branqueamento bateu forte em mim e eu sei que bate muito forte em muitos negros também. Há também o problema de que, na escola, a gente aprende aquelas baboseiras sobre os índios e os negros, na própria universidade o problema do negro não é tratado nos seus devidos termos. Esse processo [...] só parou quando eu casei.⁵ (Bairros, 1999, p. 4)

O que reaproximou Lélia Gonzalez com as questões da busca pela sua identidade negra foram:

A psicanálise e o candomblé reconciliaram Lélia com sua condição de mulher negra, permitindo que ela imprimisse um novo rumo à sua vida e às suas análises acerca da cultura brasileira. [...] Assim como A forte reação contrária da família branca do marido e, mais tarde, o suicídio dele levaram-na a uma total reavaliação.(Bairros, 1999, p. 4)

⁵ Entrevista O Pasquim, 871 20-26 mar. 1986, pp. 8-10.

Lélia Gonzalez se tornou uma das figuras centrais do movimento negro e feminista no Brasil. Participou ativamente do Movimento Negro Unificado (MNU), fundado [...]“em 18 de junho de 1978, e no ato público que, em 7 de julho do mesmo ano, lançou a entidade nacionalmente, assim inaugurando uma fase decisiva nas lutas recentes do negro no Brasil.” (Bairros, 1999, p. 6)

[...]A partir de 1974, despertada para o conteúdo político da questão racial, Lélia passou a participar das discussões que então reuniam ativistas negros no Rio de Janeiro. Procuravam analisar a histórica subordinação dos negros no Brasil, avaliar os efeitos da ditadura militar sobre a organização dos negros, bem como estudar sobre a situação e a luta dos negros em outros países.[...]A partir deste ponto, toda a atuação de Lélia será marcada pela certeza de que o combate ao racismo é a sua tarefa principal. Para ela, a chave para entender a questão racial no Brasil está na compreensão das matrizes da cultura brasileira, onde a vertente negra exerce influência quase que total. (Bairros, 1999, p. 4)

Lélia teve um percurso político vasto, e durante esse percurso, ela sempre atuou em prol da valorização do [...]povo negro, às mulheres e aos homossexuais. (Bairros, 1999, p. 8)

[...]Em 1986, por sugestão de Abdias do Nascimento, tem uma conversa com Leonel Brizola, figura mais destacada do Partido Democrático Trabalhista-PDT, e entusiasma-se com o fato de o PDT colocar a questão racial entre as prioridades do partido — junto com questões da mulher, da criança e do trabalhador. (Bairros, 1999, p. 8)

Diante disso,[...]“Lélia percebeu, então, que Brizola, apesar das práticas equivocadas, era uma das poucas lideranças de expressão nacional que entendia o peso da questão racial no país.” (Bairros, 1999, p. 8) [...]o forte respaldo popular do PDT no Rio de Janeiro da época levou-a a uma nova filiação partidária e a uma outra candidatura, desta vez como deputada estadual (Bairros, 1999, p. 9).

Dentre as diversas contribuições de Lélia para a sociedade brasileira, foi o conceito de Amefricanidade, este se destaca por possuir uma forte influência e resgate africana e indígena na identidade e cultura da América Latina, ela defendia que a cultura latino-americana é fortemente marcada pela herança africana, indígena onde essa influência é frequentemente invisibilizada.

Lélia conceitua Amefricanidade da seguinte forma através do Discurso de posse de Hilton Cobra como Diretor do Centro Cultural José Bonifácio, Rio de Janeiro, escrito por Lélia em maio de 1993. Bairros (1999, p. 10):

No pensamento de Lélia, o núcleo da amefricanidade é constituído pela cultura negra que, informando toda a cultura brasileira, se expressa “na cotidianidade de nossos falares, gestos, movimentos e modos de ser que atuam de tal maneira que deles nem temos consciência. É isso que caracteriza a cultura viva de um povo.” Entretanto, a cultura negra “não é apenas o samba, o pagode, ou o funk. Mas ela também é o rock, o reggae, o jazz. Ela não é apenas a Umbanda ou o Candomblé, mas é também o transe das igrejas carismáticas, católicas e protestantes. Ela não é apenas o ‘nós vai’ e o ‘nós come’. Mas a musicalidade e as pontuações discursivas que nos diferenciam dos falares portugueses e africanos.”⁶

Em seus textos e palestras, Lélia Gonzalez sempre criticou a forma como o racismo e o sexismo se entrelaçam para marginalizar as mulheres negras. Em um de seus artigos mais conhecidos, “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, ela mostrou como as mulheres negras enfrentam um duplo preconceito e são frequentemente hipersexualizadas e invisibilizadas.

[...]“Conscientemente ou não, ela passou para o brasileiro branco as categorias das culturas negro-africanas de que era representante. Foi por aí que ela africanizou o português falado no Brasil (transformando-o em ‘pretuguês’) e, conseqüentemente, a cultura brasileira.”⁷(Bairros, 1999, p. 14) Ainda no aspecto da linguagem e educação, Lélia Gonzalez, analisou a presença da cultura africana na língua portuguesa falada no Brasil. Ela demonstrou como a língua portuguesa falada no Brasil tem traços da oralidade africana, desafiando a ideia de que apenas a cultura europeia moldou o país.

Lélia também se destacou no feminismo, criticando o movimento feminista branco-sufragismo, por ignorar as particularidades das mulheres negras.

[...]Autodefinindo-se como feminista, Lélia participou de várias organizações de mulheres sem nunca se furtar à crítica ao feminismo, enquanto teoria e prática.²⁶ Ainda que reconhecendo a existência de feministas comprometidas com a questão racial — a quem chamava de irmãs — Lélia via o feminismo como um movimento de mulheres brancas, onde ela era a criadora de caso. Isto porque no “interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo: As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá pra gente dialogar com elas, etc.”²⁷ (Bairros, 1999, p. 14)

Ela ajudou a pensar um feminismo negro brasileiro, que articulava as opressões de raça, classe e gênero, tais opressões inter cruzam o caminhos da mulheres negras, portanto no feminismo negro ela evidenciou como essa intersecção se relacionam diante das opressões às mulheres negras. Além disso, manteve diálogos com feministas negras norte-americanas, como Angela Davis, fortalecendo as conexões entre as lutas afro-brasileiras e internacionais.

⁶ Discurso de posse de Hilton Cobra como Diretor do Centro Cultural José Bonifácio, Rio de Janeiro, escrito por Lélia em maio de 1993.

⁷ Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 nov. 1981, Folhetim, p.4.

⁸ Entrevista MNU Jornal, 19, maio/jun./jul. 1991, p. 9.

Mesmo após sua morte, em 10 de julho de 1994, sua trajetória e contribuição de vida seguem inspirando os movimentos sociais, acadêmicos e políticos que estão na luta pela equidade racial e de gênero. Lélia Gonzalez é reconhecida e valorizada como uma das maiores intelectuais do Brasil, onde é homenageada em diversos eventos, em livros e pesquisas. A sua produção intelectual teve um impacto e contribuição importante, onde pode ser visto na crescente valorização do feminismo negro no Brasil. Lélia Gonzalez continua viva no pensamento e na luta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a necessidade de visibilizar as histórias de vida de mulheres negras no contexto da educação fundamental, o trabalho buscou evidenciar aspectos históricos que refletem na contemporaneidade, sobre a presença, assim como a ausência de narrativas dessas mulheres. Entre muitas possibilidades destacamos as trajetórias de vida de três mulheres negras brasileiras: Eugênia Anna dos Santos, Antonieta de Barros e Lélia de Almeida Gonzalez, cuja as histórias têm um grande legado intelectual, pedagógico e político, elementos fundamentais para a construção da educação e da cultura do Brasil.

Apesar dos avanços da LDB no 9.394/1996, com suas alterações e normativas recentes, por meio da Lei nº 10.639/2003, em seguida a Lei nº 11.645/2008, e mais recentemente a Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, há uma ausência das histórias e contribuições das mulheres negras nos currículos e nos livros e matérias didáticos da educação básica, onde invisibiliza a contribuição da produção de conhecimentos das mulheres que fizeram história no Brasil, causando a permanência de estereótipos negativos para a luta e resistência dessas mulheres.

Esse trabalho demonstra a necessidade de inserir as narrativas de mulheres negras nas salas de aula, sendo necessário uma nova perspectiva das práticas pedagógicas nas instituições públicas e privadas, assim como, investimentos em formação continuada para fortalecer a importância dessas reflexões, portanto, tais reflexões feitas até aqui, tem o objetivo de romper com a invisibilidade das experiências dessas mulheres.

As suas histórias de vida têm o direito de ser conhecidas nas salas de aula, pois elas podem fortalecer a identidade de crianças através do conhecimento histórico, assim como valorizar a luta de outras mulheres não citadas aqui, mas que fizeram história. Visibilizar é também reafirmar um gesto reparatório da inclusão dessas narrativas como parte de análise

histórica do Brasil, onde ao reconhecer essas mulheres como sujeitos da história se confronta as estruturas racistas que tentaram excluir, marginalizar tais trajetórias da memória histórica do Brasil.

Consideramos que é necessário novas pesquisas que demonstrem a importância de trajetórias de outras mulheres negras que precisem estar presentes na educação básica brasileira, e particularmente no ensino fundamental, pois elas têm relevância histórica, cultural e educacional onde seja voltada para a educação antirracista. Espero que essas reflexões mobilizem educadores, pesquisadores, gestores para repensarem seu compromisso com a educação e com a valorização do legado das mulheres negras que lutaram pela prosperidade do povo negro. Desejamos que este trabalho contribua para a valorização da história de vida das mulheres negras, e para o fortalecimento identitário das crianças, rompendo o ciclo de silenciamentos, legitimando outras formas de existir e pensar a educação, com uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez**. In Afro-Ásia 23; Salvador. 1999, p. 347-368.

BARBOSA, Luiz Sérgio. **A Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro**. Encontro de nações-de-candomblé, Salvador, Ianamá/CEAO/CED, p. 69-72, 1984.

BRASIL, Senado Federal. Conteúdo: **Leis de diretrizes e bases da educação nacional-Lei no 9.394/1996**. Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação-**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana** -Brasília/DF - outubro/2004

BRASIL. Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a **Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País**. 2024

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**, 2020, Neabi, Universidade Católica de Pernambuco.

CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola**. Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza (Org.) São Paulo: Ação Educativa, 2013.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**, Cruzamento: raça e gênero Painel 1.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTÃO, Luciene. **Nos passos de Antonieta**: escrever uma vida. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2010. 483.p - Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PLIT0418-T.pdf>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.edi. Beauri [SP]: Atlas, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. [S. l.]. Revista Ciências Sociais Hoje. 1984.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62

KAMITA, Rosana. D. **Narcisa de Villar**: Uma Heroína romântica em busca da liberdade. In.: Ô Catarina. Número 48. Florianópolis, setembro, 2001. P. 4.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002

MIRANDA, Clícea Maria; FREITAS, Idalina M. Almeida de; FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. E-Book - Ensino de História, Diversidade e Educação Antirracista (2020) in **Chica da Silva e Tereza De Benguela**: Representações sobre Mulheres Negras no Ensino Aprendizagem de História. Brazil Publishing.

MUNANGA. Kabengele, **Identidade, cidadania e democracia**: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

OLIVEIRA, Bárbara Stela Filgueiras de. **O jeito de ser-sendo da família de santo do Ilê Axé Opô Afonjá da Bahia e as possibilidades pedagógicas assentadas na biblioteca Ikòjòpò Àla Omodé/Maria Stella de Azevedo Santos**. Orientadora: Fátima Aparecida de Souza; Coorientadora: Thiffany Odara Lima da Silva. 2024. 96 f. il. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RATTS. Alex & RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. 1ª. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2010

RIBEIRO, Djamila. **A categoria do Outro**: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher. Blog da Boitempo, 2016. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-gradakilomba-sobre-ser-mulher/> acesso em 09.05.2025

RODRIGUÉ, Maria das Graças de Santana. **Orí Àpéré**: o ritual das águas de Oxalá. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **Meu tempo é agora**. 2^a edição - Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2010.

SANTOS, Deoscóredes Maximiliano Mestre Didi. **História de um terreiro nagô**. Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. Bahia: Max Limonad. 1962.

SILVA, Claudilene; SANTIAGO, Eliete. **A Abordagem Qualitativa na (Re)Construção das Histórias de Vida da População Negra na Pesquisa em Educação** . Caruaru, 2012.

SILVA, Claudilene; SANTIAGO, Eliete. **Pensamento negro e educação intercultural no Brasil**, INTERRITÓRIOS | Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, BR |v.2 | n.3 [2016]

SILVA, Claudilene Maria da. LIMA; Fernanda Alencar; SIMÕES. Patrícia Maria Uchôa. **Perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais no Contexto da Educação Infantil**. Volume 14 Número 3 (2023). Diálogos interdisciplinares, Braz Cubas-Centro Universitário.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto**. Renato da Silveira. - Salvador : Edições Maianga, 2006.

SIQUEIRA, José Jorge. **"Os congressos afro-brasileiros de 1934 e 1937 face ao I Congresso do Negro Brasileiro de 1950: rupturas e impasses."** Revista Augustus 10.21 (2005):Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://apl.unisuam.edu.br/augustus/pdf/ed21/rev_augustus_ed_21_05.pdf . Acesso em 04 jul. 2024.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. [S. l.] - Graduate Institute Publications, 2009 .20 jul.2016.